

PRESIDENTE KENNEDY

“Dinheiro parado na cidade ajudaria todos os municípios”

A estimativa é de que R\$ 1 bilhão esteja parado no caixa da prefeitura e equivale à soma dos royalties de todos os municípios

Cristian Favaro

Com tantos problemas econômicos que o Brasil tem enfrentado, é difícil imaginar que R\$ 1 bilhão esteja parado na conta de somente um município, e ainda sem ser utilizado.

Mas é exatamente isso que tem acontecido em Presidente Kennedy, no Sul do Estado, como afirmou o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim.

“Somente o dinheiro parado na prefeitura ajudaria todos os municípios do Estado a enfrentarem a crise que estamos passando”.

Segundo Perim, essa é uma estimativa do montante em royalties que estão parados na conta de Presidente Kennedy sem ser utilizados. O recurso teria sido acumulado em mais de 10 anos.

O município, que tem pouco mais de 11 mil habitantes, recebeu R\$ 288,13 milhões em 2014 de royalties segundo dados do último anuário Finanças dos Municípios Capixabas. Somente para critério de comparação, o valor em caixa atualmente corresponde à arrecadação de royalties de todos os mu-



DALTON PERIM disse que recurso teria sido acumulado em mais de 10 anos e não está sendo investido

nicipios do Estado em 2014.

Pode parecer estranho um município com problemas de saneamento básico e com um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não ter onde investir esse recurso. Entretanto, Perim explicou que alguns fatores impedem investimentos.

“O prefeito pode pegar esse dinheiro e abrir uma grande escola. Mas como vai pagar os funcionários? Pela lei, royalties não podem

ser utilizados para pagar pessoal. Dessa forma inviabiliza esse investimento com a queda de outras receitas”, explicou.

O economista e professor universitário Antônio Marcus Machado explicou que as regras sobre os recursos do petróleo são importantes e foram criadas como uma forma de evitar utilização errada desse dinheiro.

“Durante muito tempo no Brasil, prefeitos e governadores utili-

zaram o recurso para fazer shows e festas. Não tinha um critério. Como esse dinheiro não é eterno, foi estipulado alguns princípios para proteger esse bem, que é de todos”, disse o economista.

A Prefeitura de Presidente Kennedy foi contactada desde às 12 horas de ontem. Entretanto, até o fechamento desta edição, a assessoria de imprensa não retornou as ligações e nem respondeu aos e-mails da reportagem.

ENTENDA

Dinheiro acumulado

> **SEGUNDO ESTIMATIVA** do presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim, Presidente Kennedy tem cerca de R\$ 1 bilhão em royalties de petróleo parados.

> **O VALOR TERIA** sido acumulado durante anos pela prefeitura, que ganhou mais do que gastou.

> **O MONTANTE**, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), corresponde a praticamente toda a arrecadação em royalties e participações especiais dos municípios capixabas em 2014 (R\$ 1,1 bilhão).

Por que acumula?

> **POR RESTRIÇÕES** em lei, que impedem, por exemplo, que o governante utilize esse recurso para pagar o custeio (contas como água e luz) e folha de pagamento de pessoal.

Por que as restrições?

> **SEGUNDO ESPECIALISTAS**, elas são fundamentais para evitar a utilização de recursos públicos em fins desnecessários.

> **ALÉM DISSO**, como são recursos que variam de acordo com a produção e preço da commodity, é fundamental que os prefeitos não contem com esse recurso sempre, pois ele pode acabar.

Presidente Kennedy

> **O MUNICÍPIO** é o que mais arrecada com royalties no Estado (R\$ 288,13 milhões em 2014), seguido por Itapemirim (R\$ 194,60 milhões).

> **SE FOR ANALISADA** a participação per capita, Presidente Kennedy recebe cerca de R\$ 25,6 mil por habitante em royalties de petróleo.

> **JÁ CARIACICA**, na outra ponta, recebe R\$ 11.

> **VITÓRIA**, com uma arrecadação maior, recebe R\$ 73,55 por pessoa.

Fonte: Especialistas consultados e Amunes.

Estado quer rever valor de royalties Petrobras supera produção

O Espírito Santo, junto do Rio de Janeiro, está propondo uma revisão do cálculo dos preços mínimos pagos pelas empresas exploradoras de petróleo e gás em suas bacias junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A proposta, que faz parte de uma agenda conjunta entre os dois estados, foi debatida ontem, no Rio, entre o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, a secretária de Estado da Fazenda, Ana Paula Vescovi, e a presidência da ANP.

Ana Paula explicou que, os preços mínimos do óleo de uma região são classificados conforme a qualidade do produto — quanto melhor, maior é o preço mínimo.

“O parâmetro da qualidade ajuda na formação do cálculo do preço mínimo. Se você identifica que o produto tem uma qualidade melhor, isso aumenta o preço sobre o qual é cobrada a participação dos estados, municípios e do governo federal”, disse a secretária.

A estimativa é que essa mudança de avaliação seja suficiente para alavancar em cerca de 5% a arrecadação do Estado com royalties



ANA PAULA VESCOVI disse que o governo está propondo uma revisão do cálculo dos preços mínimos de petróleo e gás nas bacias do Estado

de petróleo. “O percentual varia conforme o tipo de exploração. Pré-sal é um pouco maior. O pós-sal, menor”, explicou.

CRISE

A secretária explicou que, por causa da crise e da desvalorização do preço do barril de petróleo, o Estado perdeu cerca de R\$ 400 milhões em royalties e participações especiais no ano passado.

“O petróleo tem um impacto muito grande na renda do Estado. É um recurso que, durante um

tempo, infelizmente foi usado para arcar com despesas correntes. Isso é uma coisa que falamos muito: uma renda temporária, derivada de recursos finitos, também é finita. Ela não pode ser comprometida com despesas permanentes”, explicou a secretária.

Ana Paula reforçou o impasse sobre as repartições de royalties entre os estados produtores e não produtores, que está em tramitação no Supremo Tribunal Federal. “Royalties são compensações. Não podemos tratá-lo como imposto”.

A Petrobras conseguiu expandir sua produção no Brasil em 4,6% em 2015 e, com isso, superar a meta para o ano. Segundo a empresa, o desempenho na exploração no Estado foi um dos principais colaboradores para este resultado.

No ano passado, a produção de petróleo realizada pela Petrobras no Brasil superou a meta fixada para o período, de acordo com o Plano de Negócios e Gestão da

Companhia, pela primeira vez nos últimos 13 anos.

A marca de 2,128 milhões de barris por dia (bpd) atingida no período representa alta de 4,6% diante do resultado do ano anterior e 0,15% acima dos 2,125 milhões previstos no plano de negócios da companhia.

O rápido crescimento da produção da plataforma P-58, que opera no complexo do Parque das Bacias de Campos, e do FPSO Cidade de Mangaratiba, no pré-sal da Bacia de Santos, foram alguns dos principais destaques na expansão da produção no ano passado.

Além destes, houve a antecipação — de novembro para julho — do início da operação do FPSO Cidade de Itaguaí, na Bacia de Santos.

Para o presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, o resultado é importante para a estatal brasileira.

“Demonstra a grande capacidade operacional da empresa, mesmo em um cenário global adverso para o setor de óleo e gás, e reitera, diante do mercado, a previsibilidade e a transparência dos rumos da companhia”.



PLATAFORMA P-58: destaque